

INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS EM MULHERES DA REGIÃO NORDESTE: UM DESAFIO PARA A SAÚDE PÚBLICA

SEXUALLY TRANSMITTED INFECTIONS IN WOMEN IN THE NORTHEAST REGION: A PUBLIC HEALTH CHALLENGE

Gustavo da Penha de Paula ¹ 

Patricio Ferreira Felício ² 

Ana Livia Ângelo Sales ³ 

Francisco Iuri da Silva Martins ⁴ 

Luanne Eugência Nunes ⁵ 

RESUMO

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), são causadas por bactérias, vírus e outros microrganismos, sendo transmitidas, principalmente, por relações sexuais desprotegidas e de mãe para filho. Estas doenças representam um grave problema de saúde pública, com mais de 1 milhão de novos casos diários em todo o mundo. O aumento da incidência entre mulheres tem sido notável, impulsionado por fatores sociais, culturais e de gênero, que as colocam em uma posição vulnerável. Assim, este estudo objetivou investigar o perfil sociodemográfico dos casos diagnosticados de AIDS (HIV), hepatites virais e sífilis adquirida em mulheres residentes no Nordeste brasileiro durante o ano de 2023. Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo,

Autor corresponde: Luanne Eugência Nunes, luanne.eugenia@unilab.edu.br

1,2,3,4,5 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Redenção, Ceará (CE), Brasil.

retrospectivo, com abordagem quanti-qualitativa, baseado na análise de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. No atual contexto, o perfil epidemiológico das IST's em mulheres tem apresentado mudanças significativas, com um aumento expressivo no número de casos. Entre os estados da região, Bahia, Pernambuco e Ceará se destacaram com os maiores índices de casos, atingindo principalmente o público feminino com ensino fundamental incompleto e ensino médio completo, de faixa etária de 20 a 59 anos e da etnia parda. Além disso, a pesquisa investiga como as questões de gênero influenciam no acesso e na qualidade do atendimento à saúde das mulheres com IST's, bem como as vulnerabilidades a que estão expostas. Dessa forma, os dados apresentados evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas específicas para as mulheres, com foco especial naquelas com baixa escolaridade, em idade reprodutiva e sexualmente ativas.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde da Mulher. Sífilis. Hepatite viral. Saúde Pública. Vulnerabilidade social.

ABSTRACT

Sexually Transmitted Infections (STIs) are caused by bacteria, viruses, and other microorganisms and are primarily transmitted through unprotected sexual intercourse and from mother to child. These diseases represent a serious public health problem, with more than 1 million new cases occurring daily worldwide. The increase in incidence among women has been notable, driven by social, cultural, and gender-related factors that place them in a vulnerable position. Thus, this study aims to outline the profile of AIDS (HIV), viral hepatitis, and acquired syphilis cases among women living in the Northeast region of Brazil during the year 2023. It is a descriptive, retrospective epidemiological study with a quantitative-qualitative approach, based on data analysis from the Notifiable Diseases Information System. In the current context, the epidemiological profile of STIs in women has undergone significant changes, with a sharp increase in the number of cases. Among the states in the region, Bahia, Pernambuco, and Ceará stood out with the highest case rates, affecting mainly women with incomplete elementary education and complete high school education, aged between 20 and 59 years, and of mixed ethnicity. Furthermore, the research investigates how gender issues influence access to and the quality of healthcare

services for women with STIs, as well as the vulnerabilities to which they are exposed. The data presented highlight the urgent need for specific public policies for women, with a special focus on those with low education levels, of reproductive age, and sexually active.

KEYWORDS: Women's Health. Syphilis. Viral hepatitis. Public Health. Social Vulnerability.

INTRODUÇÃO

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) constituem um conjunto de problemas de saúde causados por diversos agentes, como bactérias, vírus e outros microrganismos, transmitindo-se principalmente por meio de relações sexuais (oral, vaginal ou anal) sem o uso de preservativo. Além da transmissão sexual, as IST's também podem se disseminar de forma vertical, ou seja, da mãe para o bebê durante a gestação, no parto ou amamentação (Raiol *et al.*, 2021).

Desse modo, essas infecções são consideradas um grave problema de saúde pública. De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2019), no mundo, diariamente, são diagnosticados mais de 1 milhão de novos casos de IST's, entre pessoas de 15 a 49 anos. No Brasil, o cenário não é diferente, de acordo com o Ministério da Saúde, em 2019, cerca de 1 milhão de pessoas contraíram IST's no país (Brasil, 2021). Frente a essa realidade, destaca-se a importância da criação de iniciativas que ampliem o acesso à saúde da população fortalecendo a promoção em saúde (Fernandes, 2021).

Nas últimas décadas, o aumento no número de casos notificados de IST's entre mulheres tem se tornado cada vez mais evidente. Historicamente, a população feminina enfrenta no Brasil diversos desafios, impulsionados por preconceitos relacionados às dinâmicas de gênero e às questões sexuais e reprodutivas. Ademais, fatores como a multiplicidade de parceiros, a assimetria de poder nas relações entre homens e mulheres, os dogmas religiosos e as construções sociais que atribuem implicações morais às mulheres atuam de forma sinérgica, contribuindo para colocá-las em uma posição de maior vulnerabilidade a essas infecções (Moura *et al.*, 2020).

Dentre as IST's, destacam-se a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), as hepatites virais (HV) e a sífilis adquirida. Quando não tratadas, essas infecções estão associadas a desfechos adversos significativos, especialmente em relação à gravidez e à vida sexual. Esses desfechos incluem prematuridade, ruptura prematura das membranas, baixo peso ao nascer, infertilidade, doença inflamatória pélvica, entre outros riscos. (Dias *et al.*, 2021).

A escolha dessas três infecções na região Nordeste para o presente estudo reflete sua relevância epidemiológica, uma vez que são responsáveis por significativa morbidade e mortalidade no Brasil, principalmente no Nordeste, com impacto particularmente acentuado na saúde do público feminino. Outro determinante para a escolha foi a classificação dessas infecções como de notificação compulsória, pelo Ministério da Saúde, e, portanto, com dados disponibilizados pelo sistema de notificação.

Assim, o objetivo deste estudo é delinear o perfil dos casos de AIDS (HIV), hepatites virais e sífilis adquirida entre mulheres residentes no Nordeste brasileiro durante o ano de 2023. Essa análise busca compreender os padrões epidemiológicos e os motivos associados a essas condições, com o intuito de subsidiar o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas de saúde direcionadas e eficazes. Ao focar em um público em posição de vulnerabilidade, o estudo contribui para a garantia do princípio da equidade, um dos pilares essenciais do Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo e perpetuando um acesso justo e adequado aos serviços de saúde.

METODOLOGIA

Tipo de estudo

Trata-se de um estudo transversal, descritivo, analítico, de caráter quantitativo realizado acerca dos casos AIDS (HIV), hepatites virais e sífilis adquirida notificados em mulheres residentes na região Nordeste do Brasil, no ano de 2023. Os dados foram coletados a partir de bases de dados do Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCCI),

disponibilizados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) pelo programa TabNet.

Na pesquisa quantitativa emprega-se a coleta e análise de dados relativos às variáveis. Assim, a pesquisa possibilita identificar a realidade local, suas relações e estrutura dinâmica, como também permite a associação, correlação, generalização e objetivação dos resultados. Além do mais, possibilita verificar fatores causais que explicam a eventualidade da ocorrência de determinados cenários. E por fim, caracteriza-se como uma abordagem descritiva por exigir do investigador uma série de informações sobre os objetos de interesse da pesquisa. Tais abordagens caracterizam o presente estudo (Souza *et al.*, 2024).

Coleta e processamento de dados

A coleta ocorreu no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), por meio do programa TABNet Wni32 3.0, no dia 10 de janeiro de 2025, por meio da opção 'Epidemiologia e Morbidade', disponível na subárea 'Casos de AIDS - Desde 1980 (SINAN)', para os casos de AIDS (HIV), para hepatites virais e sífilis adquirida na subárea 'Doenças e Agravos de Notificação - 2007 em diante (SINAN)', ambos os dados foram selecionados na região Nordeste no ano de 2023.

Além disso, os dados sociodemográficos foram organizados e analisados considerando as seguintes variáveis: faixa etária em anos (≤ 14 ; 15 a 24; 25 a 34; 35 a 44; 45 a 54; 55 a 64; ≥ 65); raça (ignorado; branca; preta; parda; amarela; indígena) e escolaridade (analfabeto; ensino fundamental incompleto; ensino fundamental completo; ensino médio incompleto; ensino médio completo; educação superior completa; educação superior incompleta), abrangendo exclusivamente indivíduos do sexo feminino. Essa abordagem permitiu uma visão mais detalhada e integrada dos principais fatores associados ao perfil das mulheres do estudo.

Por fim, por tratar-se de dados secundários, obtidos em um banco de informações de domínio público, que não identificam os participantes e seus respectivos dados pessoais, a necessidade da submissão para apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa é dispensada, de acordo com a resolução do Conselho Nacional de Saúde, nº 466 de 12 de dezembro de 2012.

Análise estatística

Os gráficos apresentados foram elaborados com o suporte do software GraphPad Prism v. 9.0. Para a análise, foram utilizados tanto os valores absolutos quanto os percentuais correspondentes. O cálculo das porcentagens considerou o valor de cada variável em relação ao total associado à respectiva doença no ano de 2023, permitindo uma representação precisa e detalhada dos dados, facilitando a visualização e interpretação dos resultados.

Além disso, foi empregada a Matriz de Correlação de Pearson para avaliar a relação entre o número de casos de AIDS (HIV), sífilis adquirida e hepatites virais, considerando um nível de significância de $p \leq 0,05$.

Desafios e limitações do estudo

As análises epidemiológicas realizadas utilizando bancos de dados secundários enfrenta desafios metodológicos relevantes, sendo a subnotificação um dos principais obstáculos para a obtenção da real situação regional. Esse problema compromete a precisão dos achados, uma vez que a ausência de registros completos é prevalente. No presente estudo, essa limitação se manifesta de maneira expressiva, sobretudo na ausência de informações sociodemográficas, evidenciada pelo elevado número de campos ignorados ou deixados em branco, com destaque para a variável faixa etária. Tal lacuna compromete não apenas a estratificação dos dados por idade, mas também a implementação de políticas públicas específicas para diferentes faixas populacionais.

RESULTADOS

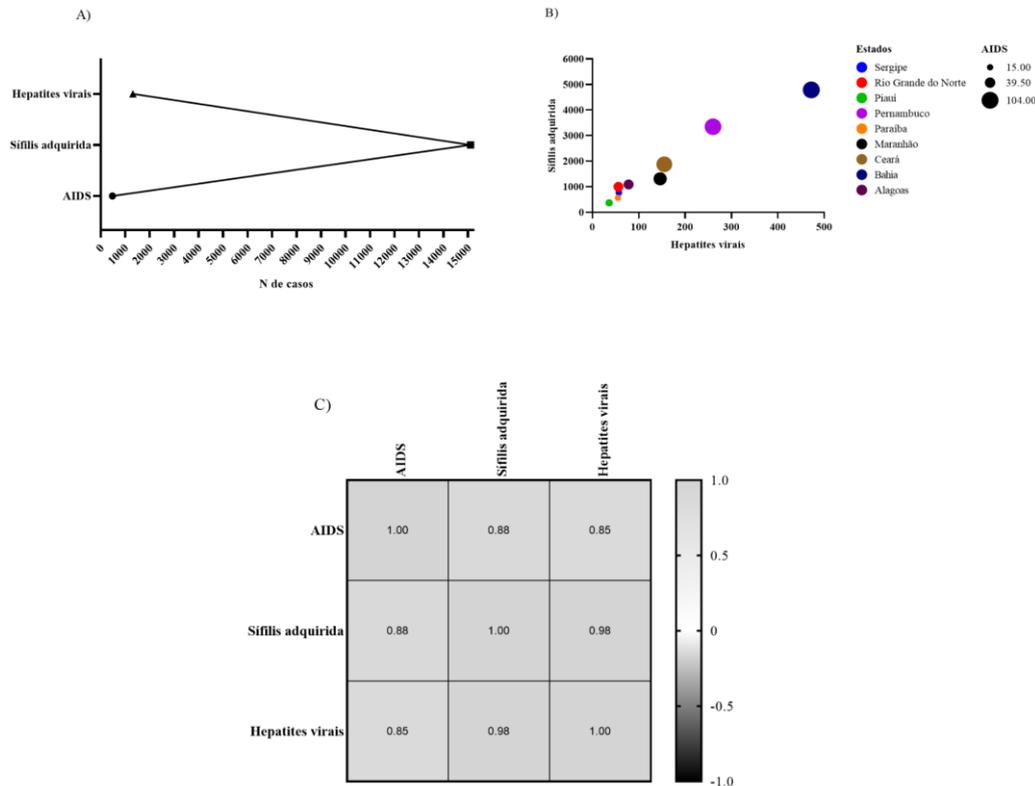
O público feminino enfrenta uma série de problemas de saúde, especialmente relacionados a Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's). Na região Nordeste, em 2023, foram notificados, em mulheres, 483 casos de AIDS (HIV), 1.315 casos de hepatites virais (HV) e expressivos 15.104 casos de sífilis adquirida, que correspondem a um total de 16.902 notificações (Figura 1A). Esses dados evidenciam desafios significativos para a saúde pública na região, particularmente no que tange à prevenção e ao tratamento dessas condições. Entre os estados da região, Bahia (31,73%), Pernambuco (21,93%) e Ceará (12,55%) se destacaram com os maiores

índices de casos, enquanto Piauí (2,48%), Paraíba (3,76%) e Sergipe (4,98%) apresentaram menores valores de notificação (Figura 1B).

Dentre as IST's abordadas no presente trabalho, os casos de sífilis adquirida destacaram-se em relação ao total de notificações. A distribuição percentual revela que os casos de AIDS (HIV) correspondem a 2,86% (n=483), os de hepatites virais a 7,78% (n=1.315), enquanto a sífilis adquirida representa a maioria, com 89,36% (n=15.104). Sobre esses valores, é importante destacar a instabilidade dos dados na plataforma do TABNET, subárea específica de AIDS (HIV). Ao gerar os dados, com a utilização da mesma metodologia, o número total de notificações no Nordeste foi 483. No entanto, ao coletar os dados de acordo com as variáveis sociodemográficas, a escolaridade apresentou um total de 314, enquanto a faixa etária foi 482 e a raça 315 (Figura 2).

Não somente, a Figura 1C apresenta os resultados da Matriz de Correlação de Pearson, que analisou a relação entre o número de casos de AIDS (HIV), sífilis adquirida e hepatites virais. Observou-se uma forte correlação positiva entre AIDS (HIV) e sífilis adquirida ($r = 0,88$; $p = 0,002$), indicando que o aumento nos casos de AIDS (HIV) está associado a um aumento nos casos de sífilis. Além disso, verificou-se uma correlação positiva entre AIDS (HIV) e hepatites virais ($r = 0,85$; $p = 0,004$), sugerindo que ambas as doenças tendem a aumentarem juntas. Por fim, sífilis adquirida e hepatites virais apresentaram uma correlação extremamente forte ($r = 0,98$; $p < 0,0001$), evidenciando uma relação estreita e o aumento simultâneo de seus casos.

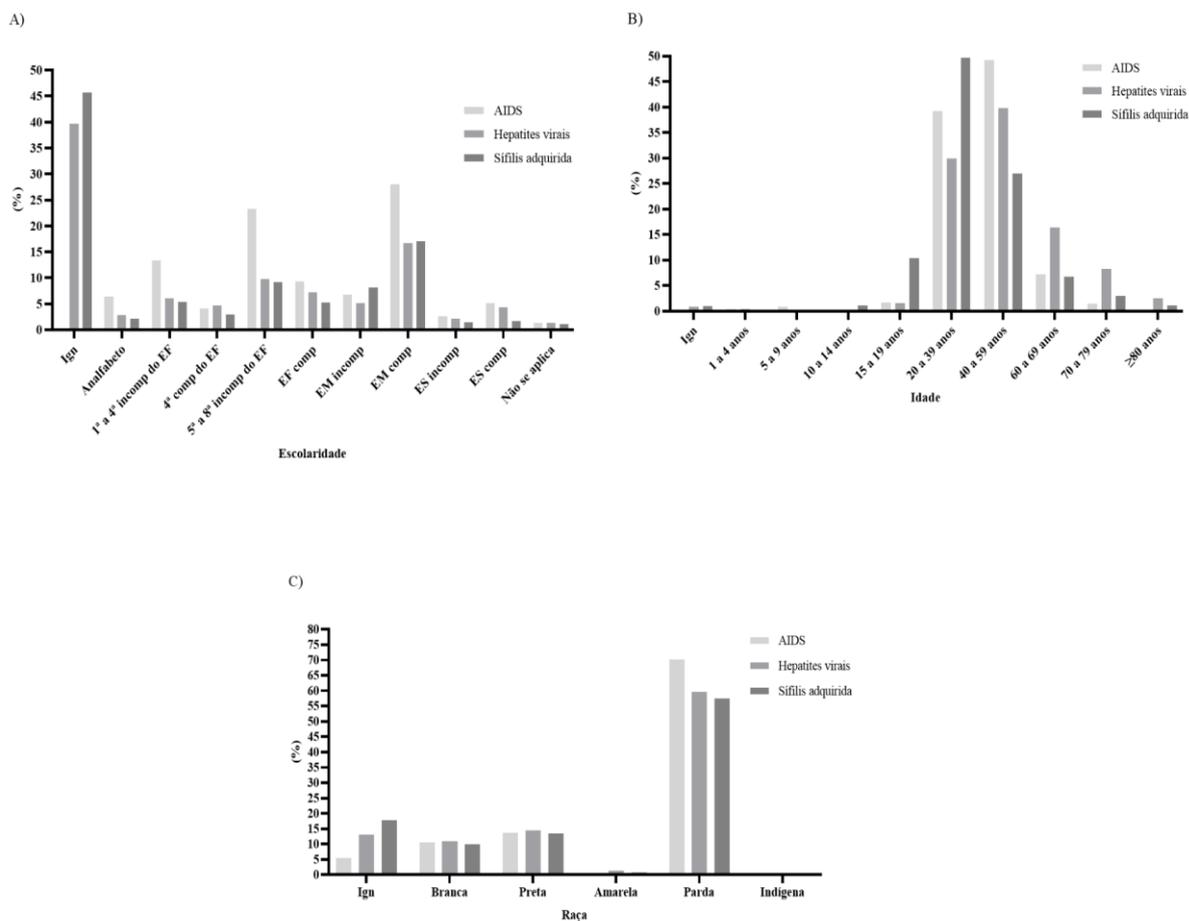
Figura 1. Panorama das notificações de AIDS (HIV), sífilis adquirida e hepatites virais na região Nordeste do Brasil, no ano de 2023.



Fonte: Autoria própria, adaptado DATASUS/TABNET, 2025.

Quanto às características sociodemográficas, o perfil do público feminino mais afetado pelas IST's analisadas inclui, majoritariamente, mulheres com ensino médio completo (AIDS (HIV) - 28,03%; sífilis - 17,06% e hepatites - 16,64%, respectivamente) (Figura 2A). Em relação à faixa etária (Figura 2B), os casos de AIDS (HIV) são prevalentes em mulheres de 35 a 49 anos (46,27%) e hepatites entre 40 e 59 anos (39,85%), enquanto os casos de sífilis são mais frequentes na faixa etária de 20 a 39 anos (49,65%). No que se refere à raça (Figura 2C), a maioria das notificações foi registrada em mulheres pardas (AIDS (HIV) - 70,79%; hepatites 59,62%; sífilis - 57,46%, respectivamente).

Figura 2. Perfil sociodemográfico de mulheres diagnosticadas com AIDS (HIV), sífilis adquirida e hepatites virais, em 2023, na região Nordeste do Brasil.



Fonte: Autoria própria, adaptado DATASUS/TABNET, 2025.

DISCUSSÃO

Atualmente, o perfil epidemiológico das IST's em mulheres tem apresentado mudanças significativas, com números cada vez mais expressivos. No público feminino, essas condições podem evoluir para quadros mais graves, tornando-as mais vulneráveis a outras infecções e apresentando riscos adicionais, como a possibilidade de transmissão para os bebês durante a gestação e o parto. Sob a ótica

histórica e social, é evidente que este grupo enfrenta desafios que vão além dos fatores sociais, impactando diretamente na saúde dessa população (Oliveira, 2022). Nesse contexto, a sífilis se destaca entre as infecções sexualmente transmissíveis (IST's) analisadas no presente estudo, representando 89,36% dos casos no Nordeste. Essa doença possui caráter endêmico, configurando-se como um grave problema de saúde pública, especialmente devido ao seu impacto na morbimortalidade materno-infantil ocasionadas pelo diagnóstico tardio (Ramos, 2022).

Dado o exposto, o número de casos de sífilis tem apresentado um crescimento significativo nos últimos anos, ultrapassando a incidência de outras IST's. Com isso, estudos epidemiológicos realizados entre 2010 e 2018, nota-se que a sífilis adquirida apresenta uma prevalência elevada em todo o território nacional. Observou-se um aumento expressivo de casos em 2017, seguido por um pico em 2018 e uma redução em 2019. No recorte regional, o Nordeste registrou um número significativo de ocorrências, ocupando a terceira posição entre as regiões com maior incidência, ficando atrás apenas do Sudeste e do Norte (Escobar *et al.*, 2020).

Conseqüentemente, este problema de saúde está diretamente relacionado a fatores sociodemográficos, tais como baixa escolaridade, faixa etária, etnia, vulnerabilidade socioeconômica, acesso limitado aos serviços de saúde e desigualdade na distribuição de informações sobre prevenção e tratamento. Isso posto, a população em situação de vulnerabilidade, especialmente mulheres de baixa renda, enfrenta dificuldades no acesso a testes diagnósticos e a tratamentos adequados, contribuindo para a persistência e disseminação da infecção (Lima *et al.*, 2022).

Além disso, fatores como a baixa adesão ao uso de preservativos, a multiplicidade de parcerias sexuais e o desconhecimento sobre as formas de transmissão da sífilis favorecem a sua disseminação. No contexto do Nordeste, a carência de infraestrutura em algumas regiões, aliada a barreiras culturais, dificulta a implementação eficaz de programas de rastreamento e prevenção (Peder *et al.*, 2019).

Nos dados encontrados no SINAN em relação à escolaridade, notou-se uma maior predominância de notificações que não registram o nível de escolaridade dos

indivíduos, que configuram 45,74% (n=6.908) da amostra. Contudo, com base nos dados disponíveis, é possível perceber que a maioria das mulheres atingidas não completaram o ensino fundamental. Logo, a disseminação da sífilis está diretamente relacionada a características educacionais e estruturais, de modo que o conhecimento sobre práticas sexuais seguras, o acesso a serviços de saúde e a conscientização quanto ao diagnóstico precoce e tratamento são essenciais para a redução da incidência dos casos (Ribas *et al.*, 2024). No entanto, a desigualdade no acesso à informação e aos recursos médicos contribui para a manutenção da elevada taxa de transmissão, sobretudo em populações vulneráveis (Nunes *et al.*, 2023).

Além disso, a ausência de uma abordagem efetiva na educação sexual, tanto no ambiente escolar quanto em campanhas públicas, dificulta a disseminação de informações corretas sobre a doença, o que, conseqüentemente, perpetua um ciclo contínuo de desinformação e vulnerabilidade. Nesse sentido, é imprescindível que políticas públicas sejam implementadas para garantir que a população tenha acesso a informações claras e acessíveis sobre prevenção, diagnóstico e tratamento da sífilis (Nunes; Siqueira, 2024).

Ademais, o acesso limitado aos serviços de saúde representa outro fator determinante para a persistência da doença, uma vez que a precariedade na infraestrutura de atendimento, sobretudo em áreas rurais e periferias urbanas, dificulta a realização de testes e o início do tratamento adequado. A escassez de unidades de saúde, aliada à insuficiência de profissionais capacitados e à distribuição irregular de insumos como testes rápidos, antibióticos e retrovirais, configura um entrave significativo para o enfrentamento da infecção (Tonello *et al.*, 2024).

Em relação a variável faixa etária, a idade predominante foi de mulheres entre 20 e 39 anos, com 49,65%, seguida pelo estado etário de 40 a 59 anos, correspondendo a 26,96%, uma das explicações para esse fato está associado ao comportamento sexual, que tende a ser mais frequente nessas faixas etárias. Outro agente preponderante é o fato de que menos da metade da população mantém relações sexuais protegidas (Dantas *et al.* 2022). Isso pode ser explicado por uma combinação de fatores como a falta de preservativos no momento da relação, interferência no prazer, falta de aceitação do parceiro(a), crença que o parceiro(a)

não está infectado, confiança no parceiro(a) e uso de substância ilícitas ou lícitas (Moreira *et al.*, 2022).

Enquanto, no aspecto etnia, as mulheres autodeclaradas como pardas foram as mais prevalentes, totalizando 57,46% (n=8679). Na região estudada, há uma predominância da raça parda, o que também pode explicar a maior incidência. No entanto, fatores educacionais, econômicos, ambientais e sociais são fundamentais na dinâmica das questões de saúde. As desigualdades vivenciadas pela população preta e parda afetam diretamente as condições de vida e saúde, como consequência, esses grupos se destacam entre as populações marginalizadas, com acesso limitado aos serviços de saúde e informação (Dantas *et al.*, 2022).

Nesse cenário, mulheres privadas de liberdade, são um grupo com alta vulnerabilidade para IST's, principalmente para sífilis. Benedetti *et al.* (2020), destacam em seu estudo que percepções distorcidas, déficits de conhecimento a respeito da temática e condições próprias do aprisionamento contribuem para os altos índices de infecção. Esse cenário se agrava também por fatores como recusa em usar o preservativo e/ou dificuldade de acesso ao preservativo, a desistência do tratamento, a não adesão ao tratamento e compartilhamento de objetos perfurocortantes (Melo *et al.*, 2021).

Globalmente, de forma geral, a pandemia da Covid-19 gerou uma redução significativa nos índices de notificações de IST's, resultado, em grande parte, da sobrecarga dos sistemas de saúde e das medidas de restrição para prevenção do vírus. No entanto, a sífilis se destacou como uma exceção preocupante a essa tendência. Dados mostram que, ao contrário de outras IST's, o diagnóstico de sífilis aumentou de forma marcante, especialmente em regiões de baixa renda (Silva *et al.*, 2024). Após a pandemia, no ano de 2023, o perfil dos casos se manteve na região Nordeste.

Seguindo o perfil epidemiológico de mulheres na região em 2023, a segunda IST mais prevalente do estudo são as hepatites virais, correspondendo a 7,78% do total de IST's do Nordeste. Essa infecção representa um grave problema de saúde pública devido à sua alta transmissibilidade, potencial de cronicidade e complicações associadas, como cirrose hepática e carcinoma hepatocelular (Silva *et al.*, 2023). No

Brasil, as hepatites virais mais frequentes são causadas pelos vírus dos tipos B (HBV) e C (HCV), sendo a primeira, uma importante IST, transmitida principalmente por via sexual, além do contato com sangue contaminado e transmissão vertical da mãe para o bebê (Freire *et al.*, 2021).

No contexto da saúde feminina, a vulnerabilidade às hepatites virais é influenciada por fatores como práticas sexuais desprotegidas, acesso limitado a serviços de prevenção, diagnóstico e vacinação, além da falta de informação sobre a importância do teste sorológico e do tratamento precoce (Timóteo *et al.*, 2020). A hepatite B, por exemplo, pode ser prevenida por meio da vacinação, disponível gratuitamente no SUS, porém, a baixa cobertura vacinal em determinadas populações reforça a necessidade de estratégias mais efetivas para ampliar a imunização, sobretudo entre mulheres em idade reprodutiva (Rabito *et al.*, 2025).

De acordo com Timóteo *et al.* (2020), o percentual de casos notificados de hepatites virais no Brasil, por sexo, indica que 44% das notificações entre 2014 e 2018 ocorreram em mulheres. Além disso, ao analisar a distribuição por região, observa-se que o Nordeste representa 11% dos casos, destacando-se positivamente em relação às demais regiões do país. No presente estudo, ao examinar os dados, verificou-se que, entre as mulheres, o maior número de notificações ocorreu entre aquelas com ensino médio completo (16,65%), com exceção dos casos em que a escolaridade foi ignorada ou não informada.

Além disso, a faixa etária mais afetada pelas hepatites virais corresponde a indivíduos entre 40 e 59 anos (49,17%), seguida pelas idades de 20 a 39 anos (39,21%). Esse perfil etário também é observado em outros estudos, o que sugere um padrão recorrente na distribuição dos casos. Uma das possíveis justificativas para esse fenômeno é a maior exposição a fatores de risco, especialmente devido à vida sexual ativa, que pode contribuir para a transmissibilidade do vírus (Mendes; Canettieri; Dória, 2022). Além disso, a menor adesão a medidas preventivas e o desconhecimento sobre o próprio status sorológico podem ser fatores adicionais que influenciam essa distribuição etária.

O perfil da etnia/raça mais afetada pelas hepatites virais foi o de indivíduos autodeclarados pardos, que representaram 59,62% dos casos notificados. Esse dado

está diretamente relacionado à composição demográfica do Brasil, onde a população parda corresponde a 46,8%, seguida pela população branca, com 42,7% (Leão et al. 2021). No entanto, a prevalência de casos entre indivíduos pardos não pode ser atribuída apenas à representatividade populacional, fatores como desigualdades raciais e sociais desempenham um papel significativo, pondo este grupo em uma posição de vulnerabilidade. Arelado a essa realidade, destaca-se que o público feminino está amplamente presente em atividades profissionais que envolvem relações sexuais, como no caso das trabalhadoras do sexo. Esse fator, entre outros, contribui significativamente para a maior incidência de infecções neste grupo (Silva et al., 2021; Rabito et al., 2025). Essa lacuna no conhecimento reforça a vulnerabilidade de adolescentes e jovens adultos à transmissão das hepatites virais (Moura et al., 2023).

O perfil epidemiológico da AIDS (HIV) entre mulheres da região Nordeste, é particularmente alto, com a maior prevalência observada entre aquelas com ensino médio completo 28,03% (n=88) e ensino fundamental da 5ª a 8ª série incompleta 23,25% (n=53), no entanto, ao calcular todos os níveis de escolaridade que não possuem o ensino médio completo, o total de mulheres que não concluíram o ensino médio é de 63,07% (n=198). Esse dado sublinha a importância da educação na prevenção e compreensão da doença.

Isso posto, mulheres com menor escolaridade possuem uma compreensão limitada sobre as formas de infecção e prevenção, o que pode resultar em comportamentos de risco, como a falta de uso de preservativos ou a busca tardia por testes para diagnóstico. A disseminação de informações errôneas e a falta de acesso a uma educação sexual de qualidade contribuem para essa realidade, tornando as mulheres mais vulneráveis não apenas à infecção, mas também a tratamentos inadequados ou a desinformação sobre a AIDS (HIV) (Silva et al., 2021).

Embora frequentemente utilizados como sinônimos, HIV e AIDS representam conceitos distintos no contexto das infecções sexualmente transmissíveis. O HIV (vírus da imunodeficiência humana) é o agente etiológico responsável pela infecção, enquanto a AIDS (síndrome da imunodeficiência adquirida) corresponde ao estágio mais avançado da doença, caracterizado pela significativa imunossupressão e pelo

aumento da suscetibilidade a infecções oportunistas e neoplasias (Oliveira *et al.*, 2020).

Nesse sentido, é essencial ressaltar que a notificação de casos pode incluir, tanto indivíduos vivendo com HIV, que ainda não desenvolveram a AIDS, quanto aqueles que já apresentam a síndrome instalada. Esse aspecto é particularmente relevante para a vigilância epidemiológica, pois a inclusão de casos assintomáticos ou em estágios iniciais da infecção na ficha de notificação permite uma melhor compreensão da disseminação do vírus na população. Outrossim, essa diferenciação reforça a importância das estratégias de prevenção combinada e da testagem precoce, as quais possibilitam a adesão ao tratamento antirretroviral antes da progressão para a AIDS, contribuindo para a redução da transmissão e mortalidade (Machado *et al.*, 2020).

Além disso, o contexto socioeconômico e cultural também desempenha um papel crucial na vulnerabilidade das mulheres. As barreiras socioeconômicas, como a pobreza, a falta de acesso a serviços de saúde de qualidade e a discriminação de gênero, aumentam a probabilidade de infecção. No Brasil, as mulheres de cor parda são as mais afetadas (70,79%), com maior predominância da doença nas faixas etárias de 35 a 49 anos (46,27%) e 20 a 34 anos (26,14%). As dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras e pardas, incluindo a exclusão de sistemas educacionais e de saúde, são ainda mais acentuadas pelo racismo estrutural, que perpetua a marginalização dessas mulheres, tanto no acesso a cuidados médicos quanto na forma como elas são tratadas por profissionais de saúde. A violência simbólica e o racismo institucional agravam a estigmatização das mulheres que vivem com HIV, levando muitas a esconderem seu diagnóstico, o que compromete a adesão ao tratamento (Silva *et al.*, 2019).

Atrelado a essa realidade, o estigma em torno da infecção por HIV também está intrinsecamente ligado a normas culturais que associam a doença a comportamentos considerados transgressores, imorais ou socialmente inaceitáveis. Isso é especialmente pronunciado em relação às mulheres, que frequentemente enfrentam a culpabilização por sua infecção, refletindo as desigualdades de gênero, classe e sexualidade. Essa culpabilização resulta em um maior isolamento social e psicológico, dificultando o processo de aceitação do diagnóstico e a busca por apoio

psicológico ou médico. A falta de compreensão sobre a sexualidade e a repressão sexual nas meninas também contribui para a diminuição do uso de preservativos, uma vez que muitos associam o preservativo a desconforto ou diminuição do prazer, o que leva ao desuso e, conseqüentemente, à maior exposição ao risco de infecção (Bezerra *et al.*, 2018).

Em suma, quando analisadas de maneira conjunta, essas doenças revelam a complexidade das IST's e sua relação direta com questões sociais, como a educação, o acesso a serviços de saúde e as condições socioeconômicas. Em comum, elas exigem uma abordagem integrada de prevenção, diagnóstico e tratamento, além de uma reflexão sobre o estigma, a discriminação e os fatores culturais que dificultam a adesão ao cuidado, especialmente em populações vulneráveis (Oliveira *et al.*, 2022).

Considerando esse cenário, torna-se evidente que o controle das IST's supracitadas exige uma abordagem integrada e multifacetada, que vá além das intervenções clínicas e incorpore estratégias de educação, conscientização e ampliação do acesso aos serviços de saúde. Assim, programas de testagem ativa, distribuição de preservativos e campanhas informativas direcionadas a diferentes grupos populacionais são medidas essenciais para reduzir a incidência da infecção (Oliveira *et al.*, 2022).

Diante disso, torna-se imprescindível que políticas públicas sejam fortalecidas para garantir a descentralização dos serviços de diagnóstico e tratamento, bem como a capacitação contínua dos profissionais da atenção primária, assegurando que o atendimento seja realizado de maneira eficiente e humanizada.

Dessa forma, o enfrentamento da sífilis, hepatites virais e AIDS (HIV), podem ser conduzidos de maneira mais assertiva, minimizando seus impactos e promovendo uma saúde sexual mais segura e acessível para toda a população. Assim, a adoção de estratégias que integrem ações de educação, acesso universal ao tratamento e redução das desigualdades sociais é crucial para o enfrentamento desse grave problema de saúde pública, que ainda se mantém como um dos grandes desafios no cenário epidemiológico brasileiro, especialmente na região Nordeste (Oliveira *et al.*, 2022).

CONCLUSÃO

Em síntese, o presente estudo traçou o perfil epidemiológico das principais IST's em mulheres da região Nordeste, constando a prevalência de casos em indivíduos com baixos índices de escolaridade ou ensino médio completo, na idade sexual ativa (20-59 anos) e da raça parda. Assim, este estudo incentiva reflexões sobre os diferentes aspectos que envolvem o processo saúde-doença. Embora todas as pessoas estejam suscetíveis a infecções sexualmente transmissíveis, ao considerar o processo de marginalização e desigualdade vivenciado por algumas mulheres, pode-se refletir sobre quais indivíduos estão mais vulneráveis a essas infecções.

Diante dos dados apresentados, torna-se evidente a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas voltadas especificamente para as mulheres, com atenção especial àquelas com baixa escolaridade, em idade reprodutiva e sexualmente ativas, além das pertencentes à etnia parda. Essas políticas devem abranger ações de educação em saúde, ampliação do acesso a serviços de prevenção, diagnóstico e tratamento, bem como estratégias que reduzam as desigualdades e promovam a equidade no atendimento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e redução da vulnerabilidade desse grupo.

REFERÊNCIAS

BENEDETTI, Maria Soledade Garcia et al. Infecções sexualmente transmissíveis em mulheres privadas de liberdade em Roraima. *Revista de Saúde Pública*, v. 54, p. 105, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rsp/2020.v54/105/pt/>. Acesso em: 6 fev. 2025.

BEZERRA, Elys Oliveira; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte; MARANHÃO, Thatiana Araújo et al. Análise estrutural das representações sociais sobre a AIDS entre pessoas que vivem com vírus da imunodeficiência humana. *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 27, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/D66PVCfKR3CnjR8cZ3s3D7g/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. Cerca de 1 milhão de pessoas contraíram infecções sexualmente transmissíveis no Brasil em 2019. Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/cerca-de-1-milhao-de-pessoas-contrairam-infecoes-sexualmente-transmissiveis-no-brasil-em-2019>. Acesso em: 18 mar. 2025.

DANTAS, Sávaia Braga Tenório et al. Perfil epidemiológico da Sífilis adquirida no Nordeste brasileiro no período de 2010 a 2020. *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 6, p. 46000-46012, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/49317>. Acesso em: 10 fev. 2025.

DIAS, Jerusa Araujo et al. Infecções sexualmente transmissíveis em mulheres afrodescendentes de comunidades quilombolas no Brasil: prevalência e fatores associados. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, n. 2, p. e00174919, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/7dkZwJCTbRSCv9n7gRgrfmq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2025.

ESCOBAR, Nayanne Deusdara et al. Perfil epidemiológico de sífilis adquirida nas regiões do Brasil no período de 2010 a 2019. *Amazônia: Science & Health*, v. 8, n. 2, p. 51-63, 2020. Disponível em: <https://www.ojs.unirg.edu.br/index.php/2/article/view/3136>. Acesso em: 6 fev. 2025.

FERNANDES, Carlos Jorge da Silva Correia. A gamificação como estratégia para iniciativas de educação em saúde sexual e reprodutiva voltadas para a juventude: apresentação de um jogo virtual sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). *Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio*, p. 251-271, 2021. Disponível em: <https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/477>. Acesso em: 18 mar. 2025.

FREIRE, Daniel Nunes; SCHUCH, Nina Junia; RIBEIRO, Claudia Maria; SANTOS, José Raimundo Lopes dos; PEREIRA, Rosana. Prevalência de HIV, sífilis, hepatites B e C em gestantes de uma maternidade de Salvador. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 21, n. 3, p. 767-776, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93042021000300012>. Acesso em: 19 mar. 2025.

LEÃO, Diana do Vale et al. Perfil epidemiológico das hepatites infectocontagiosas no estado do Pará. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 13, n. 4, p. e6790-e6790, 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/6790/4368>. Acesso em: 1 fev. 2025.

LIMA, V. C.; LINHARES, M. S. C.; FROTA, M. V. D. V.; MORORÓ, R. M.; MARTINS, M. A. Atuação dos enfermeiros da Estratégia Saúde da Família na prevenção da sífilis congênita: pesquisa de opinião em um município da região Nordeste. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 30, n. 3, p. 374-386, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/f5KwZzPMDLdSBmRrrSTvbpG/?lang=pt>. Acesso em: 1 fev. 2025.

MACHADO, Yndira Yta; OLIVEIRA, Denize Cristina de; PEREIRA, Eliane Ramos; PONTES, Ana Paula Munhen de; GOMES, Antônio Marcos Tosoli; MARQUES, Sergio Corrêa; ANTUNES, Rômulo Frutuoso. Representações sociais dos profissionais de saúde sobre HIV/AIDS: comparação entre homens e mulheres. *Saúde e Pesquisa*, v. 13, n. 4, p. 861-869, 2020. DOI: 10.17765/2176-9206.2020v13n4p861-869. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/8254>. Acesso em: 15 mar. 2025.

MENDES, Gabriela V; CANETTIERI, Antonio Carlos Victor; DÓRIA, Anelise Cristina Osório César. Perfil epidemiológico dos casos de hepatite B na região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Revista Univap, v. 28, n. 57, 2022. DOI: 10.18066/revistaunivap.v28i57.2625. Disponível em: <https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/2625>. Acesso em: 1 fev. 2025.

MELO, Robert Lincoln Barros. Rastreamento e prevenção da infecção por sífilis em mulheres privadas de liberdade do sistema prisional de Alagoas. 2023. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização Multiprofissional em Gestão do Cuidado em Saúde da Família) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

MOREIRA, Anderson da Silva et al. Fatores associados ao não uso de preservativo por adolescentes brasileiros: uma revisão sistemática. Research, Society and Development, v. 11, n. 5, p. e54011528450-e54011528450, 2022. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/28450>>. Acesso em: 08 jan. 2025.

MOURA, Samy Loraynn Oliveira et al. Percepção de mulheres quanto à sua vulnerabilidade às Infecções Sexualmente Transmissíveis. Escola Anna Nery, v. 25, p. e20190325, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0325>. Acesso em: 15 mar. 2025.

MOURA, Waleria Farias; DE VASCONCELOS CUNHA, Wesley Bruce; DE SOUSA LOPES, Graciana. O perfil epidemiológico da mulher portadora da hepatite B no estado do Amazonas. Revista Contemporânea, v. 3, n. 12, p. 24930-24950, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/2481/1721>. Acesso em: 17 mar. 2025.

NUNES, Claudia Aparecida do Carmo Rodrigues; SIQUEIRA, Cristiano do Nascimento. Sífilis na população vulnerável: estratégias de intervenção e inclusão. RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar. O Saber, Brasil, v. 1, n. 1, 2024. DOI: 10.51473/rcmos.v1i1.2024.526. Disponível em: <https://submissoesrevistacientificaosaber.com/index.php/rcmos/article/view/526>. Acesso em: 15 mar. 2025.

NUNES, Mariana Oliveira et al. HIV/AIDS em mulheres em idade reprodutiva no Brasil (No período de 2016-2021): Uma análise epidemiológica. Brazilian Journal of Health Review, v. 6, n. 2, p. 7306-7315, 2023. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/58791>>. Acesso em: 13 mar. 2025.

OLIVEIRA, Ana Julya Santos. Mulheres e a abordagem sobre as IST: revisão narrativa. 2022. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5410/1/TCC%20Ana%20julya%20BANCA.pdf>. Acesso em: 15 mar.

OLIVEIRA, C. S. de et al. Perfil epidemiológico da AIDS no Brasil utilizando sistemas de informações do Datasus. RBAC, v. 52, n. 3, p. 281-5, 2020. Disponível em: <<https://rbac.org.br/wp-content/uploads/2021/02/RBAC-vol-52-3-2020-ref-917.pdf>>. Acesso em: 13 mar.2025

OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde. A cada dia, há 1 milhão de novos casos de infecções sexualmente transmissíveis curáveis. 6 jun. 2019. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5958:a-cada-dia-ha-1-milhao-de-novos-casos-de-infeccoes-sexualmente-transmissiveis-curaveis&Itemid=812. Acesso em: 15 mar. 2025.

PEDER, de Leyde Daiane et al. Aspectos epidemiológicos da sífilis no sul do Brasil: cinco anos de experiência. Revista EVS-Revista de Ciências Ambientais e Saúde, v. 46, p. 33-43, 2019. Disponível em: <<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/view/6148>>. Acesso em: 12 mar. 2025.

RABITO, L. B. F. et al. Perfil epidemiológico dos óbitos por hepatites virais na Região Sul, 2012-2022. Saúde Coletiva (Barueri), [S. l.], v. 15, n. 92, p. 13843–13855, 2025. DOI: 10.36489/saúde_coletiva.2024v14i92p13843-13855. Disponível em: <https://revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/3224>. Acesso em: 16 mar. 2025.

RAIOL, I. F. et al. Citizens' perception of Sexually Transmitted Infections (STIs): Experience report. Research, Society and Development, [S. l.], v. 10, n. 4, p. e15910413923, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13923>. Acesso em: 15 mar. 2025.

RAMOS JR, Alberto Novaes. Persistência da sífilis como desafio para a saúde pública no Brasil: o caminho é fortalecer o SUS, em defesa da democracia e da vida. Cadernos de Saúde Pública, v. 38, p. PT069022, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/HHKTNLdmXsxZwNYmPKsQkpC/>>. Acesso em: 12 mar. 2025.

RIBAS, José Lázaro Lins et al. Perfil epidemiológico da Sífilis adquirida sexualmente no município de Feira de Santana, Bahia, no período de 2018 a 2022. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 16, n. 11, p. e6431-e6431, 2024. Disponível em: <<https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/6431>>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SILVA, Ana Maria Conceição da et al. Mulheres em situação de prostituição e políticas públicas de saúde. Repositório Digital Univag, 2021. Disponível em: <https://repositoriodigital.univag.com.br/index.php/Psico/article/view/1457>. Acesso em: 16 mar. 2025.

SILVA, L. F. L. et al. Impacto da pandemia de COVID-19 nos índices epidemiológicos de sífilis no estado do Ceará: análise de variações em casos de sífilis adquirida, congênita e gestacional entre 2017 e 2023. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, [S. l.], v. 6, n. 10, p. 1410–1416, 2024. DOI: 10.36557/2674-

8169.2024v6n10p1410-1416. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/3894>. Acesso em: 15 mar. 2025.

SILVA, Mônica Alice Santos da et al. Mulheres negras vivendo com HIV: políticas públicas. Rev. enferm. UFPE on line, p. [1-10], 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/240251/32821> > Acesso em: 18 mar. 2025.

SILVA, Martharluam Conceição da. Gênero e Sexualidade na Escola na contramão do HIV/AIDS. Seminário Internacional Fazendo Gênero, v. 12, ISSN 2179-510X, 2021. Disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1624566801_ARQUIVO_74fa3e498496e4070affa2139e5b84fb.pdf. Acesso em: 15 mar. 2025.

SILVA, Hector Brenno Cagni da et al. Hepatite B e hepatite C: epidemiologia dos casos notificados nas regiões norte e nordeste. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 23, n. 7, p. e12934-e12934, 2023. Disponível em <<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/12934/7815>> Acesso em: 15 mar. 2025.

SOUZA, Isaias Sena Moraes de et al. Panorama da infecção HIV/AIDS na Paraíba (2011–2021): um estudo epidemiológico. Revista Saúde Multidisciplinar, v. 16, n. 1, 2024. Disponível em: <http://revistas.famp.edu.br/revistasaudemultidisciplinar/article/view/826>. Acesso em: 15 jan. 2025.

TIMÓTEO, Maria Vitória Fernandes et al. Perfil epidemiológico das hepatites virais no Brasil. Research, Society and development, v. 9, n. 6, p. e29963231-e29963231, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/33893>. Acesso em: 08 jan. 2025.

TONELLO, Neila Dutra et al. INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E SEU IMPACTO NA SAÚDE DOS ADOLESCENTES: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO. Revista CPAQV-Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida, v. 16, n. 3, 2024. 2. Disponível em: <https://revista.cpaqv.org/index.php/CPAQV/article/download/2320/1681>. Acesso em: 28 jan. 2025."

Agradecimentos:

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.